

LUTA MUNICIPALÁRIA

Boletim Informativo nº 56 - Dezembro de 2018



FALTA ALGO NESTA CEIA



#SimParaoDécimo

MARCHEZAN REPETE PARCELAMENTO DO 13º

Mais uma vez o prefeito Marchezan Jr. (PSDB) coloca sobre os servidores a culpa da sua incapacidade de gestão das contas públicas. Encaminhou projeto de lei à Câmara de Vereadores reeditando o pagamento parcelado do 13º salário de 2018, nos mesmos moldes do que aconteceu no ano passado.

O servidor terá duas opções: o empréstimo bancário, a partir do dia 10/12, para antecipar o valor líquido da gratificação ou optar pelo pagamento em 10 parcelas, a partir de fevereiro de 2019, acrescido de correção monetária pelo IPCA e de juros legais de 1% ao mês.

O projeto do parcelamento ainda não

foi apreciado e está na Procuradoria da Câmara. O Sindicato já prepara emenda para garantir que o empréstimo seja depositado de forma integral, mesmo para aqueles com dívidas junto aos bancos. Caso a emenda não seja aprovada, a assessoria jurídica do Simpa buscará o recurso judicial para defender o 13º integral.



www.simpa.org.br



[@SimpaPortoAlegre](https://www.facebook.com/SimpaPortoAlegre)



www.flickr.com/photos/simpapoa



simpa@simpa.org.br

A CONJUNTURA QUE ATRAVESSAREMOS JUNTOS

A partir da conjuntura atual precisamos pensar alternativas de resistência e formas de nos colocarmos na ofensiva novamente, confiando na força da categoria e de todos que se organizam para defender os direitos dos mais vulneráveis.

Hoje, no mundo, além de Trump e Bolsonaro, mandatários como eles assumirão pela 1ª vez o Parlamento alemão. Na França, a radical Marine Le Pen continua a ser uma das principais lideranças. O primeiro-ministro populista da Hungria, Victor Orban, já dominou parte do Judiciário e discrimina imigrantes e minorias. O mesmo acontece na Polônia, na Itália, na Dinamarca, na Áustria e na Suíça.

Na América Latina, o Paraguai tem o conservador Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado; assim como na Argentina, no Peru, no Chile e na Colômbia, governos conservadores também foram eleitos. Rodrigo Duterte foi eleito presidente das Filipinas com a promessa de acabar com o tráfico de drogas no país e tem se esforçado para cumpri-la.

No Brasil e no mundo temos populações que não encontram, na esquerda, força e representatividade o bastante para continuar apoiando e dela fazendo parte, cedendo aos argumentos xenófobos da extrema-direita, ao anticomunismo feroz, ao anti-capitalismo, sem perceber que os objetivos da mesma em nada se identificam com os interesses das populações mais pobres, dos negros, dos quilombolas, dos indígenas, das mulheres em sua maioria e que, na verdade, tem por aliados verdadeiros o próprio universo das finanças, do agronegócio, dos proprietários dos meios de produção.

Combater essa direita não depende só da “conscientização” das massas, mas também da mudança de postura das elites ou dos que se “acham” elite. Afinal, elegemos um presidente xenófobo, misógino, racista, aliado da direita militarista e fascista. Mesmo entre nós, municipais, ele obteve votos. Na esteira estão Marchezan e Leite. O que ainda nos faz acreditar que as eleições montadas pelas elites financeiras, podem resolver os problemas dos trabalhadores, em geral? Não temos exemplos de que essa “democracia tutelada” não serve à classe?

O importante talvez seja pensarmos como combater, como sindicato, as políticas que tentam retirar direitos. Precisamos, como diz Safatle, “de uma institucionalidade política (...) que transfira os processos de decisão para fora do Estado por meio da proliferação de mecanismos de democracia direta”. E o Simpa pode ser uma dessas ferramentas.

#Previdência

BASE DE MARCHEZAN MANOBRA E APROVA POAPREV

Na sessão plenária da Câmara Municipal do dia 07/11 foi aprovada, por 16 votos a nove, a redação final do projeto de lei 7/2018, que cria o POAPrev, seguindo agora para sanção do prefeito. Uma manobra da liderança do governo atropelou a tramitação e colocou a matéria na ordem do dia.

Para ser votada em plenário, a redação final deve passar primeiramente pela CCJ e, segundo a base governista, a CCJ não teria cumprido o prazo de três sessões para a apreciação. A Comissão, por sua vez, diz que esperava a apreciação do requerimento de renovação de votação, apresentado pelo vereador Mauro Zacher (PDT), logo após a aprovação do PL ocorrida no dia 6/8.

Desde o começo da tramitação, o Simpa tem se posicionado contrariamente ao PL e



Foto: Sílvia Fernandes

buscado dialogar com a Câmara a fim de rejeitá-lo por entender que a proposta causa prejuízos à cidade e à categoria municipal. O próprio Conselho de Administração do Previmpa emitiu parecer contrário à criação do POAPrev.

#ReajusteJá

SIMPA FAZ EMENDA AO ORÇAMENTO DE 2019

No dia 09/11, a direção do Simpa protocolou, na Câmara, uma Emenda à Lei Orçamentária Anual (LOA) da Prefeitura para que seja assegurada, nas despesas de 2019, a reposição da inflação das datas-bases de 2017 e 2018 da categoria. A emenda foi rejeitada na Comissão de Eco-

nomia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor), mas segue para votação, pelo plenário, junto com a apreciação da LOA. 17 vereadores já assinaram a Emenda e cabe, também, à categoria pressionar na Câmara para que ela seja aprovada!

#DireitoNegado

JUSTIÇA NEGA GREVE GERAL DO DIA 30/6



Foi publicado, em 19/09/2018, pelo Tribunal de Justiça do RS, o acórdão que declara ilegal a participação dos municipais na Greve Geral do dia 30 de junho de 2017. A ação “Declaratória de Ilegalidade de Greve” foi ajuizada pelo Município de Porto Alegre contra o Simpa para coibir os grevistas que pararam suas atividades na Greve Geral con-

tra a reforma trabalhista e da previdência e ataques de Marchezan.

A direção do Simpa recebeu o argumento com estranheza. A Greve Geral foi uma mobilização da classe trabalhadora brasileira, atingindo também os servidores de Porto Alegre. As medidas possíveis para a defesa do direito dos servidores são estudadas.

EXPEDIENTE

O informativo Luta Municipal é uma publicação do Sindicato dos Municipais de Porto Alegre - SIMPA
Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325

Jornalistas:

Mariana Pires (Mtb 18419)
Priscila Lobregatte (Mtb 46752)
Sílvia Fernandes (Mtb 11137)

Projeto gráfico/diagramação: Sílvia Fernandes
Exemplares: 3.000 Impressão: VT Propaganda
Data de fechamento da edição: 03/12/2018

GESTÃO 2016-2019

Diretora Geral: Luciane Pereira da Silva Diretor Geral: Alberto Moura Terres Diretor Geral: Jonas Tarcísio Reis Diretor Administrativo: Hamilton Fernando Pessoa Farias Diretor Financeiro: Adeldo Rohr Diretor Financeiro Adjunto: Talito Francisco Halberstadt Diretor de Comunicação: Ivam Martins de Martins Diretor de Comunicação Adjunto: Adroaldo Bauer Spindola Corrêa Diretor de Formação Sindical: Rodrigo de Barcelos Rodrigues Diretora de Formação Sindical Adjunta: Roselia Siviero Sibemberg Diretor de Assuntos Jurídicos: Luan Castilhos Sanchotene Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto: Laudénir Machado Figueiredo Diretora de Saúde do Trabalhador: Onéia da Silva Machado Diretora de Saúde do Trabalhador Adjunta: Rita Buttes da Silva Diretora de Ações de Combate à Opressão: Ignez Maria Serpa Ramminger Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Jose Francisco Espírito Santo.

SIMPA EXIGE DA SMED SEGURANÇA NAS ESCOLAS

No mês de novembro, uma série de agressões a professores da rede municipal assombrou a comunidade escolar e levou o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, junto com a Atempa, a tomar atitudes contra a onda de violência. Além de caminhadas pela paz organizadas com as escolas nos bairros, o Sindicato encaminhou ofício para o prefeito e à Smed solicitando agenda para tratar dos episódios de violência sofridos e participou da Frente Parlamentar de Segurança Pública Municipal da Câmara de Vereadores para debater o assunto.

Na avaliação do Simpa, a situação é reflexo, principalmente, do sucateamento da educação e da consequente piora na qualidade e na estrutura de ensino; da falta de uma política educacional adequada às necessidades do município, capaz de envolver a comunidade escolar e de ampliar os laços

de respeito e cooperação entre pais, alunos, estudantes, educadores e funcionários, bem como da falta de efetivos da Guarda Municipal (GM), ausente na maioria das escolas desde o início da atual gestão.

Também contribui o contínuo discurso de desrespeito aos servidores, incluindo-se professores e funcionários de escola, por parte dos gestores, somado à onda que tomou força nestas eleições, do uso da violência para resolução de conflitos e o fortalecimento dos discursos repressores e agressivos promovidos por defensores de projetos de cerceamento da educação crítica e da liberdade de cátedra – intitulados enganosamente de “Escolas sem Partido” –, o que pode estar estimulando reações violentas e ajudando a criar focos de tensão que influenciam negativamente no ambiente escolar.

PROPOSTAS EMERGENCIAIS:

- 1) O retorno da Guarda Municipal às escolas;
- 2) A criação de um grupo de trabalho (GT) interdisciplinar regionalizado ou da Secretaria Municipal de Educação (Smed), composto por profissionais do serviço social, da psicologia, da educação e da GM para realizar intervenções preventivas junto à comunidade escolar sobre violência nas escolas;
- 3) Possibilitar que este GT interdisciplinar promova capacitações para preparar a GM para intervir nas situações de violência;
- 4) Que a Smed realize campanha institucional pública contra a violência e em defesa da cultura da paz e do respeito nas escolas e comunidades.



Foto: Mariana Pires

Comunidades das escolas Sain't Hilaire e Grande Oriente em apoio aos professores e pela paz

E OS CONCURSOS!?

Faltam profissionais para atuar na Prefeitura Municipal e Marchezan não nomeia os concursados. Há mais de dois anos foi feita seleção para a GM, mas os aprovados não foram chamados. Enquanto isso, as escolas padecem com a falta de segurança e de 300 educadores na rede, segundo dossiê da Atempa. Está na hora de chamar os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais que estão na lista de espera.

Na Saúde, aguardam nomeação cardiologista, cirurgião pediátrico, cirurgião vascular, neurologista, neurologista pediátrico, médico interno, otorrinolaringologista, pneumologista e radiologista.

GOVERNO ATACA REPRESENTAÇÃO DA ATEMPA

O governo Marchezan, através da Smed, desrespeitou o direito à representação dos trabalhadores e decretou, no mês de outubro, a convocação imediata das educadoras liberadas para atuarem na Atempa. Após tentativa frustrada de diálogo do Simpa e da Atempa com o secretário de Educação para explicar o equívoco da decisão, a Associação decidiu judicializar o caso para tentar reverter o abuso na Justiça.



Foto: Silvia Fernandes



TJ-RS CONSIDERA LEGAL GREVE DE 40 DIAS DE 2018

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Porto Alegre considerou legal a greve de 40 dias iniciada no dia 31 de julho e encerrada no dia 9 de setembro deste ano. Com isso, fica descartada a possibilidade de corte do ponto e da remuneração. A decisão foi tomada no dia 21 de novembro.

As greves da categoria municipal têm sido reiteradamente consideradas legais pelo poder Judiciário, por haver o entendimento de que os trabalhadores têm parado suas atividades em função do não cumprimento da lei por parte do governo municí-

Foto: Sílvia Fernandes



pal e pelos constantes ataques aos direitos dos trabalhadores.

Entre as motivações do movimento paralista está a falta de reajuste da categoria, que acumula perdas e reivindica a correção de 6,85%, negada pelo prefeito.

Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires



PREFEITO TERÁ DE PROVAR NECESSIDADE DOS PARCELAMENTOS DE 2017

No dia 09/11, o TJ-RS deferiu ação movida pelo Simpa na qual o Sindicato pede que a Prefeitura demonstre, por meio de documentação oficial, qual era a real situação financeira do município nos meses de junho, julho e agosto do ano passado.

O parcelamento dos salários teve início no mês de junho e, para justificá-lo, a gestão Marchezan argumentava não dispor de recursos suficientes. No entanto, não havia, no Portal da Transparência, nenhuma comprovação desta tese.

A ação, movida pelo Simpa em setembro de 2017, aponta que as informações prestadas pelo Município no Portal da Transparência, por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, revelam que o saldo de disponibilidades financeiras no último dia do mês de junho de 2017 era de mais de R\$ 596 milhões.

#NãoÀPrivatização

FALTA DE RH E INVESTIMENTOS É PRECARIZAÇÃO

A tentativa do governo Marchezan de privatizar o Dmae impõe ao Departamento uma política de sucateamento. Faltam mais de 3.000 servidores. Hoje, há somente 1.548, conforme informações do Portal da Transparência (set/2018), havendo necessidade urgente de reposição de operários, engenheiros, técnicos para o tratamento, operadores de máquinas, dentre outros. Os investimentos foram drasticamente reduzidos. De acordo com o relatório gerencial financeiro, o percentual de investimentos de 2017 em relação ao arrecadado foi de apenas 11,73%, quando a média ao longo dos

anos sempre foi de 24,9% (2007 a 2016).

O Dmae tem capacidade de abastecer 100% de água potável, e tratar 80% do esgoto cloacal, apesar do gestor inviabilizar a expansão da rede. As deliberações sobre a concessão dos serviços de água está centralizada no governo e do ponto de vista jurídico, sem passar pelo corpo técnico. Também não há qualquer tipo de debate com a sociedade. Os técnicos do Departamento afirmam que a privatização aumentará a tarifa e vai piorar a prestação do serviço à população. A mobilização dos servidores tenta barrar a privatização.

#ChegaDeRetrocesso

ATAQUE À PREVIDÊNCIA DOS BRASILEIROS CONTINUA

Um dia após a eleição, Bolsonaro afirmou que vai acabar com a aposentadoria dos trabalhadores e o vice, general Hamilton Mourão, tenta aprovar a reforma até o dia 15 de janeiro. Querem mexer na previdência de todos os brasileiros, mas não acabar com os privilégios dos militares.

No Chile, durante a ditadura, houve reforma da previdência e, hoje, os aposentados ganham menos que um salário mínimo.

Marchezan já aprovou o aumento da alíquota do Previmpa, para poder usar a arrecadação do servidor. Agora, Bolsonaro que tomar a aposentadoria dos brasileiros. As propostas de Bolsonaro podem ser barradas com mobilização e luta, estejamos atentos!

ÁGUA É VIDA!
SANEAMENTO É SAÚDE!



NÃO À PRIVATIZAÇÃO!
O DMAE É DE PORTO ALEGRE

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO É DA CIDADE

